



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 24/XV/ 2.ª SL

Aos 11 dias do mês de outubro de 2023, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Ratificação das votações alcançadas indiciariamente no Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais.

(Reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão)

Ratificação das votações alcançadas indiciariamente no Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais.

A reunião foi presidida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG), que começou por saudar os/as Deputados/as presentes, em particular a Deputada Susana Correia e a Deputada Ana Bernardo, respetivamente Vice-Presidentes da Comissão de Saúde (CS) e da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), com quem partilhou a condução dos trabalhos.

A Deputada Joana Sá Pereira (PS), na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais (GT-OP), deu nota que as votações indiciárias na especialidade da Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª (GOV) - «Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais» e a Proposta de Lei n.º 98/XV/1.ª (GOV) - «Altera o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais abrangidas por associações públicas profissionais», foram realizadas no dia anterior em sede do GT-OP. Referiu que se tratava da conclusão de um processo legislativo que se



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 24/XV/ 2.ª SL

iniciara já na anterior Legislatura, e que contendia com a reforma do regime jurídico das associações públicas profissionais. Agradeceu aos Serviços da AR e deu nota das audições realizadas e sublinhou a participação de todos os Deputados de todos os Grupos Parlamentares, a quem agradeceu, nomeadamente pela aceitação da aceleração do calendário definido, não obstante o desconforto manifestado. Esclareceu, ainda, que os sentidos de voto, atendendo à sua extensão, não estavam plasmados, como habitualmente, no relatório, fazendo ainda assim parte integrante do mesmo, como anexo, e também que o fracionamento da Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª (GOV) em 21 (vinte e um) textos finais, a que acrescia o correspondente à Proposta de Lei n.º 98/XV/1.ª (GOV).

O Presidente da CACDLG elogiou o papel da Coordenadora do GT-OP pela forma como conduziu os trabalhos, em particular, na votação indiciária do dia anterior.

A Deputada Clara Marques Mendes (PSD), após valorizar o papel da Senhora Coordenadora, dos Grupos Parlamentares e dos Serviços da AR no resultado obtido, realçou que a aludida reprogramação dos trabalhos fora uma imposição do Governo e do PS que, enquanto ainda se ouviam entidades, o que significou que os Deputados não tivessem tido tempo para maturarem os argumentos expendidos, nem para apresentar e apreciar as propostas de alteração. Referiu que não houve verdadeira discussão na especialidade. Por fim, deixou o compromisso de visitar todo este processo.

A Deputada Emília Cerqueira (PSD) reiterou que não tivera lugar uma verdadeira especialidade, o que obrigara o GP do PSD a fazer escolhas, votando contra o articulado da Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª (GOV), com duas exceções: as disposições associadas à aplicação a lei da paridade e à insuficiência financeira dos jovens no acesso à profissão regulada.

O Deputado Alfredo Maia (PCP) enalteceu os esforços dos Serviços da AR e sublinhou que o PCP sempre contestou o calendário apresentado. Referiu que ficaram prejudicadas a qualidade e rigor dos textos a ratificar. Por fim, agradeceu o esforço da Coordenadora do GT-OP.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 24/XVI/ 2.ª SL

O Deputado Jorge Galveias (CH) renovou os agradecimentos à Coordenadora e aos Serviços da AR. Recordou que o CH havia discordado do processo adotado desde o início, e que o modo como decorreu o processo envergonhava o Parlamento, as Ordens Profissionais e os portugueses em geral.

O Deputado José Moura Soeiro (BE) começou por agradecer aos trabalhadores parlamentares e à Coordenadora do GT-OP. De seguida, classificou este processo de lastimável, sublinhando que não existiu um verdadeiro debate na especialidade. Por fim, referiu que o GP do BE se absteria nos textos em apreço, sem deixar de lamentar as insuficiências que muitos deles conterão e que obrigariam a que este assunto fosse retomado no futuro.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) lamentou a forma como este processo decorreu, tendo agradecido a dedicação de todos, em especial dos Serviços da AR. Deu nota que o sentido de voto do GP da IL se prendia com o processo em si e também porque, sendo favoráveis desde o início à reforma das Ordens Profissionais, foram verificando que esta ficaria aquém do desejado, pelo que se absteriam em todos os artigos e propostas.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS), começou por referir que este processo não prestigiava nem a AR, nem o país nem tão pouco as instituições europeias, invocando o estado de necessidade que estivera na origem da manifesta compressão dos prazos estabelecidos. Deu nota que é muito provável que se revise esta matéria. Por fim, enalteceu os trabalhadores parlamentares que se haviam mobilizado para “salvar a honra do convento” e também os Grupos Parlamentares que haviam colaborado, pronunciando-se sempre de forma honesta.

Findas as intervenções de todos os partidos, o Deputado Pedro Delgado Alves (PS) chamou a atenção para uma proposta de alteração transversal apresentada pelo seu Grupo Parlamentar a normas dos diversos diplomas (Estatutos da Ordem dos Médicos Veterinários, dos Notários, dos Economistas, dos Arquitetos, dos Biólogos, dos Contabilistas Certificados, dos Farmacêuticos, dos Nutricionistas, dos Despachantes Oficiais, dos Assistentes Sociais e dos Fisioterapeutas e ainda o Regime Jurídico dos



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 24/XV/ 2.ª SL

Atos de Advogados e dos Solicitadores), no que concerne a atos próprios, exclusivos ou não, procurando passar-se a mensagem de que não se tratavam atos reservados, nos termos do artigo 30.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e que foi aprovada com os votos a favor do PS, os votos contra do CH e a abstenção do PSD, da IL, do PCP e do BE; e ainda a um levantamento de lapsos que resultavam da errónea transposição de normas dos quadros comparativos para os textos finais, que se comprometeu a remeter aos Serviços, a fim de ser considerado nas derradeiras versões dos textos a votar em Plenário, ainda antes da redação final.

A Deputada Joana Barata Lopes (PSD) referiu que nem sempre os lapsos correspondiam a meras incorreções formais, donde solicitava a consulta desse levantamento, sendo respondido que a lista, que ainda não havia sido remetida aos Serviços, seria depois disso distribuída por todos os partidos.

Foi ainda aprovada uma sugestão dos Serviços de emenda à remissão dos atuais artigos 67.º e 68.º (que não eram objeto de alteração no Texto Final) do Estatuto da Ordem dos Advogados, efetuada para a Lei n.º 49/2004, de 24 de agosto, e que deveria passar a ser feita para o novo Regime Jurídico dos Atos de Advogados e Solicitadores, com os votos a favor do PS, do PCP e do BE, e a abstenção do PSD, do CH e da IL.

Finalmente, foram ratificadas de forma unânime as votações indiciárias alcançadas na reunião do GT-OP da véspera, não se registando ainda nenhuma oposição à inclusão dos 22 (vinte e dois) textos finais no guião das votações da sessão plenária de sexta-feira, 13 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:26 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 24/XV/ 2.ª SL

Palácio de São Bento, 11 de outubro de 2023.

A VICE-PRESIDENTE

(SUSANA CORREIA)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 24/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Irene Costa (PS)
Susana Correia (PS)
Fernanda Velez (PSD)
António Monteiro (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Helga Correia (PSD)
Raquel Ferreira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
André Marques (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)
João Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)